

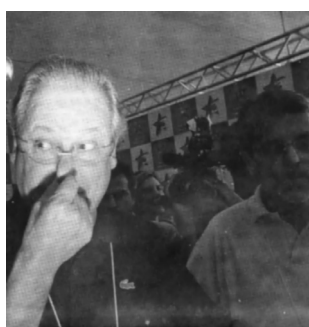


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 19 - Nº 345 - DE 10 a 24 DE SETEMBRO DE 2007 - R\$ 2,00

A crise política e as tendências da economia mundial



PT julgado politicamente por se afundar na corrupção



Governo Lula livra os milicos de julgamento pelos assassinatos da ditadura



Congresso do PT: submisso ao governo, à sua coalizão e às pressões da burguesia

**Bolívia:
Crise interburguesa na Constituinte
As massas não devem apoiar seus algozes**

Metalúrgicos-ABC: Burocracia fecha acordo com montadoras e divide os metalúrgicos

Crise capitalista e crise política

Crise econômica

A crise capitalista desencadeada pelas perdas no mercado imobiliário nos EUA e que atingiu os mercados financeiros da Europa e Ásia teve um recuo momentâneo, causado pela intervenção direta do governo norte-americano. O subsídio aos bancos foi dado indiretamente, através de refinanciamentos dos devedores imobiliários de mais de 90 dias e com a manipulação das taxas de juros pelo Banco Central ianque. As perdas de centenas de bilhões de dólares em alguns dias foram parcialmente compensadas pelo despejo de centenas de bilhões de dólares pelos bancos centrais europeus e asiáticos. Poucos dias depois, divulgaram-se os dados sobre o emprego nos EUA e as bolsas voltaram a cair. Esperavam-se 125 mil novos postos de trabalho em agosto, mas verificou-se que de fato foram eliminados 4 mil. O mais grave: a maior parte dos cortes ocorreu nos setores industrial e de construção civil. O que revela elementos recessivos presentes na maior economia do planeta. Preservam-se, portanto, as contradições que serviram de base à crise: os balanços fraudulentos de multinacionais, para encobrir seus prejuízos de bilhões de dólares; a tendência à desvalorização das matérias-primas e das commodities ligadas a elas, cujos preços são sustentados artificialmente pelos governos; o excesso de liquidez (dinheiro disponível) no mercado mundial, que tem sido canalizado em grande medida para investimentos de aquisição e fusões de empresas; a impossibilidade de retorno de altos investimentos, necessários para conter a crise energética, mas inviáveis pela demora da rentabilidade. Os capitalistas contornam a crise econômica atual da mesma forma que fizeram nas demais crises, desde a de 1987, passando pela do México, Argentina, Leste Asiático etc. Utilizam mecanismos artificiais (como o desligamento das bolsas em queda livre, liberação de recursos pelos bancos centrais) para frear os repiques que afetam as bolsas de valores e os negócios internacionais. As perdas são despejadas sobre as massas, através de medidas de ataque aos salários, direitos etc. As necessidades capitalistas movem os governos a se lançarem a ofensivas violentas contra os assalariados e demais oprimidos.

Corrupção e disputa interburguesa

Os escândalos de corrupção têm se ampliado e agravado a crise política do governo Lula. As denúncias contra o principal aliado de Lula no PMDB, Renan Calheiros, ultrapassam a Comissão de Ética e devem ir à votação em plenário. Fracassou a última tentativa de encobrir o caso da denúncia de benefício às aventuras extraconjugais do senador pela construtora. A exposição do voto aberto sobre a decisão indica que não será possível jogar a pá de cal sobre o escândalo. Evidenciou-se a incapacidade do governo em impedir que seu homem forte no Senado seja levado a julgamento. Incapacidade que foi confrontada pelos generais do alto comando do exército, que se negaram a acatar a ordem do Ministro Jobim de não se manifestar sobre o lançamento do dossiê dos assassinatos da ditadura militar. Incapacidade que foi reafirmada com a

votação pelo STF de levar a julgamento os 40 envolvidos no escândalo do mensalão, há dois anos. O governo havia pressionado os ministros do Tribunal a deixarem os cabeças do esquema de fora do julgamento, principalmente José Dirceu, José Genoíno, Luiz Gushken e João Paulo. Ofereceu vantagens, que não foram explicitadas, mas que foram constatadas nas conversas eletrônicas entre dois juizes em plena sessão do STF, flagrados por uma câmera do jornal O Globo. As manobras do governo para livrar a cara dos membros da cúpula petista acabaram como um tiro pela culatra: a exposição da negociata obrigou os juizes a votarem pela abertura de processo contra todos os envolvidos, já que a inocência a priori seria considerada venda de veredicto. Um dos juizes foi flagrado em conversa telefônica na qual confessa que votou, assim como os demais ministros, com a faca no pescoço: ou todos iam a julgamento ou quem teria sua sentença seria o próprio tribunal. A sessão do STF concluiu pela abertura dos processos, que podem levar anos para serem resolvidos. Mas o que importa é que já houve um julgamento político e histórico do PT: politicamente, a burguesia procura colocar o PT no seu devido lugar. Um partido que não tem origem na burguesia é como um filho bastardo dos capitalistas dirigindo seu Estado. O PT foi colocado no banco dos réus, e será socado até o ponto em que a burguesia deseje. No momento, esse desejo está em desgastá-lo eleitoralmente. Quando não puder mais servir como instrumento, será descartado, um partido genuinamente burguês assumirá as rédeas do governo. O julgamento histórico está no fato do PT ser julgado não por ter tomado alguma medida em favor das massas, ainda que limitada, mas por se enlamear todo em meio à corrupção, politicagem e fisiologismo burguês justamente para realizar os negócios da burguesia em seu Estado, para favorecer os capitalistas. Ou seja, ao realizar a estratégia de poder, chegar ao poder do Estado pela via eleitoral, o PT fracassou historicamente em seu objetivo de democratizá-lo, foi o Estado burguês que o transformou, o reformismo concluiu como pró-imperialista e se adaptou completamente aos interesses da burguesia criminosa.

Congresso do PT submisso

A imprensa festejou a decisão: a oposição burguesa estampou nas manchetes que os principais dirigentes do PT e membros da cúpula governamental do primeiro mandato de Lula seriam julgados pelo mensalão. Não disfarçaram que se trata da disputa eleitoral em curso. A conquista de postos nas municipalidades servirá de base para a disputa presidencial e estadual de 2010. O governo entendeu a mensagem. Lula a apontou ao PT, que preparava um ato de desagravo a José Dirceu e sua gangue na abertura do 3º Congresso do partido, e cancelou seu discurso a ser feito na abertura; não compareceu para evitar qualquer constrangimento com a imprensa (que certamente faria mais estardalhaço ao mostrá-lo lado a lado com os mensaleiros e metido num ato de desagravo aos bandidos). A cúpula petista desmarcou o desagravo, a pedido do próprio José Dirceu. Lula advertiu que o PT estaria acatando

a pauta lançada pela oposição para a disputa. O Congresso petista mostrou como o PT assimilou todo o fisiologismo da burguesia, condição indispensável para assumir o posto de direção do Estado capitalista. Aprovou um código de ética formal, que jamais será avaliado o quanto foi posto em prática, porque a corrente lulista inviabilizou qualquer medida de punição aos corruptos. Nem mesmo uma corregedoria, um verniz para acobertar o neobanditismo, foi permitida. O congresso farsante ainda aprovou a resolução de candidatura própria para 2010 (na verdade, um ponto a barganhar com o PMDB), e a redução do mandato da direção, para tornar mais fácil o remendo às crises internas. O congresso do PT revelou que se realiza subordinado e em dependência do governo e sua aliança governamental. Não tem autonomia sequer para elaborar sua pauta: o ato em desagravo a Dirceu e sua gangue foi desmarcado pelas pressões de Lula e aliados, receosos das conseqüências eleitorais do mesmo.

Violência capitalista contra as massas

O governo do PMDB/PT expressa a violência capitalista contra as massas, assim como os governos estaduais e municipais, de situação e oposição burguesas. Os movimentos sociais têm sido reprimidos duramente em suas manifestações. A desocupação da Faculdade de Direito da USP e prisão de mais de 200 estudantes, a repressão aos camelôs, o uso da tropa de choque contra o protesto de moradores de uma favela urbanizada em São Paulo, as campanhas contra as greves do funcionalismo, as desocupações contra os sem-terra, o assassinato de moradores nas

favelas do Rio de Janeiro, tudo isso mostra a violência dos governos contra as massas. Os fatos mostraram na prática uma aliança de Serra do PSDB com o governo de Lula e os do PMDB: estão todos juntos na ofensiva repressiva contra os movimentos sociais. Essa violência se expressa de diversas formas: as reformas neoliberais contra os serviços sociais, as reformas trabalhista e sindical, e estatização dos sindicatos e organizações de massas, a elaboração da lei antigreve, a criminalização dos movimentos sociais. Reforça-se o caráter policial do Estado capitalista, com o fortalecimento da repressão em todas as esferas. A situação empurra os capitalistas e seu Estado contra as massas, que têm de se defender, mas esbarram nas direções de suas organizações gerais, que se encontram estatizadas, burocratizadas. As direções em sua grande maioria são governistas. Rebaixam as reivindicações das massas a migalhas desprezíveis, de forma a atingir a conciliação com os governos que apóiam ou não. Ainda assim, os governos rejeitam qualquer concessão e agravam a repressão. Todos os dias, comprova-se que o rebaixamento das reivindicações e o corporativismo só enfraquecem os movimentos e facilitam a repressão. A única possibilidade das massas ganharem a força necessária para se defenderem dos ataques capitalistas é a unificação, generalização e centralização das lutas. Combater a fundo a burocracia que impede que as bandeiras das massas se choquem contra o governo. Para se alcançar isso, é preciso mudar as bandeiras, empunhar a defesa das necessidades mais sentidas, aquelas que se chocam contra os governos, os capitalistas e suas políticas. As bandeiras mais sentidas pelas massas permitem unificar as lutas, ultrapassar os limites impostos pelas direções corporativistas e desenvolver a luta de classes.

PSTU adere à política da Auditoria da Dívida Externa

O programa eleitoral na TV do PSTU teve como centro o plebiscito da Vale. Ao começar, anunciam-se sumariamente as reformas neoliberais e a repressão (lei de greve) que executa o governo Lula. Qual a resposta? Plebiscito da Vale.

Apresenta-se a primeira pergunta. Acusa-se o governo Fernando Henrique pela privatização a preço de banana. Defende-se que Lula poderia reestatizá-la numa canetada. E que se trata de patrimônio do povo brasileiro.

O PSTU segue o PCdoB, CUT e UNE quanto à primeira pergunta do plebiscito, destinada a fazer crítica eleitoral ao governo do PSDB. Ataca o governo FHC por essa privatização, descolando-a de todas as outras realizadas pelos três últimos governos, incluídos Itamar e Lula. Ressalta o baixo valor de privatização (como se estivesse tudo bem se o valor fosse o de 90 bilhões e não de 3). Não critica Lula pelas privatizações que realizou e está realizando. Apenas pelo fato de não dar a canetada que reestatizaria a Vale (como se um governo burguês pudesse fazê-lo). E conclui que se trata de patrimônio do povo brasileiro, seguindo o nacionalismo burguês. Na verdade, as estatais são patrimônio do estado burguês. Só serão propriedade de todos, propriedade coletiva, com a expropriação revolucionária, parte do programa da revolução proletária, socialista. Assim como a estatização de todas as empresas só será possível na revolução proletária, não será obra de uma canetada de um governo burguês.

A segunda pergunta diz respeito à dívida externa e interna.

Seu conteúdo é o de não priorizá-la, o que ainda significa pagá-la, mas não em primeiro lugar. Esta questão, rejeitada pela CUT, UNE e PCdoB, serve para o ataque eleitoral do PSTU a Lula. O PSTU não diz que priorizar é continuar pagando, mas de forma “secundária”. Mas também não diz que se trata do não pagamento: chama a atenção o fato do PSTU ter assimilado a bandeira reformista da auditoria da dívida externa. Ou seja, de que se deve verificar a parte que se paga e a que não se paga.

A terceira pergunta se refere ao alto valor pago nas contas de energia elétrica. O motivo é a privatização. Novamente, o PSTU não se refere ao conjunto das privatizações e à necessidade de luta pela reestatização de todas elas.

A quarta pergunta é sobre a reforma da previdência. O PSTU aponta as conseqüências para os trabalhadores: aposentadoria aos 67 anos, 40 anos de contribuição, fim da aposentadoria agrária. Defende que se barre essa reforma, mas não a liga às demais reformas em andamento: educação, trabalhista, sindical etc. Na conclusão, convoca para a manifestação em Brasília, contra a reforma da previdência.

Tendo à sua disposição alguns minutos no horário nobre da televisão, o PSTU gasta praticamente todo ele na defesa do plebiscito da Vale, voltado à campanha eleitoral. Apesar de anunciar a repressão no início do programa, não se dá nem alguns segundos para denunciá-la e defender a resposta nas ruas, com a mobilização.

O programa eleitoral do PSTU está à caça de votos. Chega ao cinismo concluí-lo com o Hino da Internacional Comunista.

Julgamento político de Lula e do PT

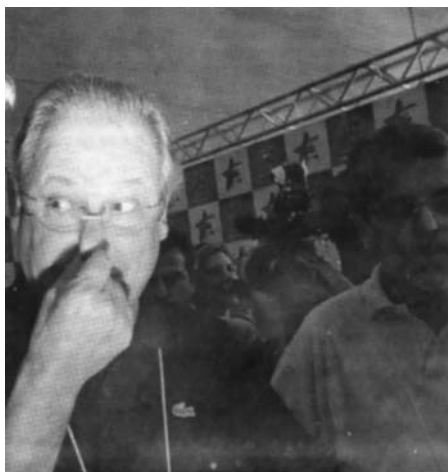
A grande imprensa exultou com as manchetes – “Cúpula do PT no primeiro governo Lula vira ré por formação de quadrilha” e “STF vai julgar ‘quadrilha’ que operou no primeiro mandato de Lula”. Indicam o sentido do acatamento pelo STF do processo movido pelo Ministério Público. O julgamento político foi realizado com gigantesca publicidade. Os 40 acusados de inúmeros crimes do escândalo do mensalão não comparecem na condição de réus, mas sim de condenados pela imprensa. Esse era o objetivo fundamental.

É bem possível que ocorra a prescrição do processo encaminhado pelo STF, como prevêem juristas e comentaristas. A quantidade de crimes cometidos por todos os partidos da burguesia é incomensurável. Nunca se fez uma investigação tão ampla para revelar cada caso e as quadrilhas formadas por governos e parlamentares.

Nesse momento, estamos diante do escandaloso caso de corrupção praticado pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros. As ramificações do crime de compra e venda de projetos no Congresso Nacional, envolvendo autoridades e grupos econômicos, são encobertas. Mas no caso do governo Lula e do PT não poderiam permanecer nos porões da criminalidade dos políticos.

Lula e PT não nasceram do seio da classe burguesa. São seus filhos bastardos. Traíram a confiança da classe operária, dos pobres e oprimidos. Lula dirige o Estado voltado inteiramente aos interesses dos capitalistas. O PT serve a essa política. No entanto, não teve e não tem como deixar de ser o filho bastardo.

A derrota eleitoral do PSDB/PFL sempre significará um golpe aos filhos naturais da burguesia. Lula e PT conseguiram arrastar as massas barbaramente pisoteadas pela classe capitalista com a promessa de um



Zé Dirceu: ih, fedeu...

governo democrático e popular que expulsaria a oligarquia reacionária e colocaria o Estado a serviço dos miseráveis. Para fazê-lo, Lula e o PT usaram o movimento sindical, camponês e popular, bem como capitalistas que doaram milhões de reais. Com os pés, se apoiaram nas costas dos explorados; com as mãos se agarram nos braços dos exploradores. Puderam agir assim porque se abriu uma grande crise na política burguesa e porque a classe operária necessitava de um partido que não fosse aqueles dos seus algozes.

Chegar ao Estado é uma façanha, governá-lo a serviço da burguesia é outra. Como o filho bastardo poderia tomar o lugar dos filhos legítimos? O governo Lula estreante e o PT precisaram usar os mesmos recursos quadrilheiros vigentes na política burguesa, tanto é que o PT herdou o conduto montado pelo PSDB, com o ex-governador de Minas Eduardo Azeredo. Fernando H. Cardoso comprou parlamentares para aprovar a emenda constitucional que permitia a reeleição. Foi um escândalo, não foi? Mas o aparato burguês não o colocou no banco dos réus. Mas com Lula e o PT tinha de ser diferente.

Foram pegos no galinheiro dos poderosos. Lula e PT poderiam copiar a política econômica do PSDB e ampliar o assistencialismo, mas não poderiam usar os mesmos métodos dos quadrilheiros do Estado para governar e se fortalecer partidariamente.

Embusteiro, Jefferson denunciou as falcatruas de seus próprios aliados. Foi o suficiente para que o polvo burguês movimentasse seus tentáculos e pusesse Lula/PT à execução pública. A CPI do mensalão consumiu a vida do governo Lula e entrou no cotidiano da população com show. Os petistas praticaram o que todos praticam, mas com a diferença que é o ladrão que entrou pela janela. Deveriam ser punidos, quebrados e desmoralizados como lição por terem tido a pretensão histórica de substituir os velhos partidos com apoio dos oprimidos.

Depois da CPI, veio o espetáculo do Supremo Tribunal Federal, que é parte do aparato burguês. Foi elevado a órgão independente. Falso. O governo Lula é que é fraco perante o aparato. O STF respondeu às pressões do PSDB/PFL, da imprensa e grupos econômicos. Essa instituição nunca assumiu a tarefa de condenar políticos da burguesia. Mas, agora, insurge como a guardiã da ética, da moral e da democracia. Eis o que diz o jornal O Estado de São Paulo de 30 de agosto: “A mesma instituição que, em 116 anos de existência, jamais mandou para a cadeia um político ou administrador público acusado de corrupção começou a se redimir numa escala também sem precedentes”. Mentira!

O STF está apenas punindo os filhos bastardos. Para os trabalhadores, o mais importante é o julgamento histórico do PT e de Lula. O STF não está execrando o PT e Lula porque ousaram defender os interesses da classe operária, mas sim porque pretenderam construir sua própria quadrilha no seio do Estado.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Direito à Memória e à Verdade?

Com esse título, menos a interrogação, que é nossa, o governo Lula lançou um livro que pretende passar a limpo os assassinatos de militantes de esquerda e trabalhadores pela ditadura militar. A publicação resultou de um trabalho realizado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP), vinculada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Há cerca de 11 anos, a CEMDP vem fazendo levantamento sobre os crimes dos governos militares, que se instalaram no poder com o golpe de 1964. Chegaram a cerca de 500 casos de assassinatos, desaparecimento de corpos e torturas.

A ditadura enfrentou a luta armada de organizações como ALN, VPR, MR-8, COLINA, PCdoB na década de 70. Até 68, combateu o movimento social, operário, camponês e estudantil. Desvinculados das massas, que refluíram a partir de 68, tais organizações assumiram o método foquista da luta armada. Constituíam focos militares e praticaram o terrorismo individual, com atentados, seqüestros, assaltos a banco etc.

O objetivo estratégico era o de derrotar a ditadura e retomar a democracia parlamentar. Sob tintura socialista, os foquistas eram de fato nacionalistas. Por não terem o programa da revolução proletária, ALN, VPR etc não poderiam trabalhar no seio das massas, construindo o partido e cavando trincheiras contra a burguesia, que no momento se valia da ditadura contra o movimento operário e camponês. A ditadura sucumbiu em fins de 79 com retorno das lutas operárias e estudantis.

Desse período, restaram-nos as lições sobre a função contra-revolucionária da ditadura militar voltada a assegurar a estabilidade do Estado e a sufocar com armas a luta de classes, que no período pré-64 crescia no campo e na cidade.



Vítimas da ditadura: milicos sem punição

Ligado a esse fenômeno político, ficou-nos a demonstração da impossibilidade do nacionalismo burguês realizar reformas no capitalismo e se opor ao domínio do imperialismo. É parte também desses ensinamentos os erros de método de luta isolado da classe operária, praticado pelas organizações guerrilheiras (no caso, foquistas), que foram incapazes de se livrarem do nacionalismo e do estalinismo (PCdoB), que é uma variante do nacionalismo.

Na época o PCdoB se apoiava no maoísmo e se pôs a aplicar a estratégia de começar a revolução com os camponeses – trágica experiência da guerrilha do Araguaia.

Correntes que procuravam se diferenciar do estalinismo e que se diziam trotskistas também foram arrastadas para o foco. Devem ser consideradas, ainda que não tiveram a importância de uma ALN, VPR. Foram

os casos do POC e da POLOP, de tendência pablista-mandelista. A única corrente que se reivindicava da IV Internacional e que contrapôs ao foco foi o agrupamento 1º de Maio.

O PCB não aderiu ao foco. Mesmo assim, os estrategistas da repressão decidiram que era momento propício para impor-lhe baixas físicas. O seqüestro de Capistrano e seu assassinato marcou a perseguição a sangue do PCB. Capistrano esteve do lado dos estalinistas na Revolução Espanhola (lembramos que o estalinismo ajudou a reação a executar trotskistas) e integrou a Resistência Francesa à ocupação nazista.

É importante retomar a situação histórica em que se deram os embates entre o nacionalismo foquista e as forças de repressão do Estado. A ditadura expurgou o Estado dos nacionalistas vinculados a vargo-janguismo (Getúlio Vargas/João Goulart), inclusive no corpo do exército e da

polícia. Exilou lideranças burguesas, como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Almino Alfonso e figuras como Fernando H. Cardoso, José Serra etc. E estabeleceu um cerco de ferro e fogo às esquerdas, visando a esmagar a resistência foquista.

Estava claro que, sem as massas, a luta de pequenos grupos armados não oferecia qualquer perigo à ditadura. E a maior parte da burguesia logo se uniu em torno do governo militar, isto já em 1964. Passada a possibilidade de resistência de massa, que se esgotou em 1968, com a prisão das lideranças do movimento estudantil, a luta armada urbana e rural estava fadada a rápido fracasso.

A ditadura fixou o objetivo de realizar uma operação cirúrgica e se lançou ao terror de Estado. Liquidar fisicamente os militantes, principalmente as lideranças. Carlos Marighella (ALN) e Carlos Lamarca

(VPR) foram executados, já sem possibilidade de defesa. No DOI-COD, OBAN e dependências militares, os torturadores praticaram barbaridades indescritíveis. Em Petrópolis, a polícia política montou a denominada “Casa da Morte” – torturava-se, matava-se, esquarteja-se e desaparecia-se com os corpos. Foi o que os carrascos da burguesia fizeram com David Capistrano da Costa, com Ana Rosa Kucinski Silva.

A cada assassinato por tortura, militares e policiais simulavam fugas seguidas de morte ou suicídio. Escondiam-se nos porões com os prisioneiros e à luz do dia compareciam como pobres vítimas de atentados. Centenas de militantes da esquerda armada foram executados e enterrados clandestinamente, como testemunha o Cemitério Dom Bosco, de Perus.

Vem a crise da ditadura militar. A burguesia necessitava retomar o funcionamento parlamentar do Estado e expressar suas frações em partidos políticos, que não mais podiam se reduzir à Arena e MDB, constituídos sob o regime militar. As forças burguesas iniciaram em fins de 70 a transição. Negociaram a anistia com lideranças exiladas.

1979, o ditador Geisel promulga a Lei da Anistia. Com esse recurso, estariam anistiados os participantes da luta armada, os torturadores, os generais mandantes e as personalidades nacionalistas. As execuções e assassinatos nas câmaras de tortura deveriam cair no esquecimento. Os arquivos deveriam permanecer sigilosos (parte foi destruída).

Tratou-se de um acordo interburguês, realizado no cume do Estado. A esta monstruosidade se denominou “democratização”.

O trabalho da CEMP, que contou com um representante das Forças Armadas, o coronel João Batista Fagundes, e o livro divulgado solenemente por Lula não traz toda a memória e toda a verdade. Qual é a verdade? Os crimes da ditadura são os crimes da burguesia.

Os torturadores do DOI-COD, os generais mandantes e os governos militares foram instrumentos dos capitalistas – de industriais, banqueiros, grandes comerciantes e latifundiários –



Movimento de familiares dos mortos pela ditadura

foram também agentes do imperialismo, que auxiliaram a reação a derrotar militarmente os nacionalistas. Está aí o sentido da Lei da Anistia.

A burguesia não tem como julgar os crimes de seus agentes, porque são seus próprios crimes – não tem como, portanto, julgar a si mesma. Quando os generais e seus ideólogos dizem que não se pode desrespeitar a Anistia porque esta atendeu aos militantes da luta armada tanto quanto aos agentes do Estado envolvido na repressão, mostram bem o quanto se obscurece a memória e a verdade.

A Anistia não serviu aos que resistiram à ditadura com armas nas mãos, estes já estavam derrotados e suas lideranças assassinadas. A Anistia serviu tão-somente para os militares, policiais, governos militares e a classe capitalista obscurecerem a memória e a verdade de seus crimes. Esse apagar da verdade ocorreu com os 30 mil mortos na Argentina, os 10 mil no Chile, outros tanto no Uruguai, Paraguai, Bolívia.

Nosso partido – Partido Operário Revolucionário (POR) – entende que somente a classe operária e demais explorados poderão estabelecer a direito à memória e à verdade sobre os crimes da burguesia. Não reivindicamos a Lei da Anistia e lutamos para acabar com a ditadura de classe da burguesia pela revolução proletária, socialista.

Aqueles que tombaram bravamente com as armas nas mãos deixaram a lição de seus erros. Resguardamos suas memórias contra a burguesia e seus

torturadores, lutando para que a classe operária tome o poder do Estado e transforme a grande propriedade dos meios de produção em propriedade coletiva. Somente assim, com a revolução, faremos jus aos que sofreram o martírio da tortura e aos que foram covardemente executados pelas emboscadas.

Ministro da Defesa contestado

O livro Direito à Memória e à Verdade incomodou aos generais, não porque o governo objetivasse “abrir a ferida” e iniciar um processo contra aqueles que torturaram, mataram e ocultaram cadáveres. Toda investigação tem se resumido a reconhecer vítimas e a indenizar familiares.

O Estado tem muito recurso para comprar a memória e a verdade, assim como muitos familiares têm voluptuosa vontade para vendê-las em nome da reparação.

Os militares que fizeram a obra de sangue e o serviço sujo nos porões do DOI-CODI não aceitam nenhum tipo de acusação. Tentaram minimizar a divulgação do livro. Contrapuseram-se ao governo que realizasse um ato solene. Não compareceram à solenidade. Contestaram o discurso do Ministro da Defesa Nelson Jobim, mesmo sendo inócuo. Decidiram soltar uma nota do Alto Comando. 15 generais se reuniram sem a presença do governo e contra sua orientação. Enfim, mostraram insubordinação.

A essência da nota: as Forças Armadas são uma só. Ou seja, as Forças Armadas da época da ditadura e estas da época da democracia são as mesmas, não há como mexer em seu passado sem mexer no seu presente.

Os militares desautorizaram a CMDP, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Ministro da Defesa e ao Presidente da República. Nelson Jobim sentiu a desmoralização de perto.

Político considerado centralizador e autorizado, o Ministro ameaçou demitir o comandante do Exército, Enzo Peri, e todos aqueles que com se solidarizassem no Alto Comando. Palavreado. Os oficiais fizeram uma nota que contesta o governo. Lula pediu a Jobim para contemporizar.

Governo algum mexe com militares. É o que ensina a história da burguesia em relação ao seu Estado. O exército é o guardião da grande propriedade capitalista. Não é possível que a burguesia exerça a sua ditadura de classe sobre as massas famintas sem o seu braço armado. Foi isso que disse a nota do Alto Comando. As Forças Armadas são uma só criação histórica da burguesia, que lhe serve tanto na ditadura quanto na democracia.

O golpe de 1964, a instalação da ditadura militar e a liquidação física dos

opponentes ocorreram em razão da defesa da grande propriedade e dos negócios dos capitalistas. Mesmo estando claro que o livro sobre os fatos que cobrem o período de 1964 a 1985 não vá além de reconhecimentos, os militares não podem aceitar qualquer sombra de acusação. Estão fora de qualquer julgamento por parte do Estado e dos governos. Afinal, as armas deles fazem parte.

PT e abertura dos arquivos

O 3º Congresso petista aprovou uma moção defendendo a publicação do relato Direito à Memória e a Verdade e criticando a reação contrária do Alto Comando. A moção deixa transparecer que as Forças Armadas se impõe ao governo e não o governo a elas. Enquanto Lula concluía a investigação estabelecida por FHC, que instituiu em 1995 a Lei 9140 de reconhecimento da responsabilidade do Estado em nome da democracia, o exército saía em defesa da ditadura.

A decisão judicial em favor da abertura dos arquivos militares simplesmente é desconhecida. De nada adianta o 3º Congresso apelar para a legalidade, pedindo que Lula faça os militares cumprirem a lei.

A moção reconhece que “Lula comprometeu-se a abrir tais arquivos, mas até agora não o fez”. Não fez e não fará, enquanto os militares vetarem. E o que propõe o PT para seu próprio governo incapaz de sequer abrir os arquivos, passados cerca de 22 anos da chamada “democratização”. Diz: “O PT entende ser uma tarefa urgente iniciar um processo de democratização das Forças Armadas, que precisam ser transformadas em instituições da população e da democracia”.

Conversa fiada de quem é serviçal de Lula, que por sua vez é serviçal da burguesia, que de fato é quem comanda a força militar e policial. O exército não se subordina ao governo. É um aparato com grande independência. É o que constatamos em nossa história. Querer um exército democrático a serviço do povo é completamente absurdo e ridículo.

A única democracia possível que expressa o poder das massas é a democracia proletária. Para alcançá-la, os explorados terão de derrotar a burguesia, e, portanto, seu exército. Enquanto não conquistarmos o poder do Estado, as Forças Armadas cumprirão seu papel de assegurar a ditadura de classe da minoria burguesa contra a grande maioria explorada.

Grito dos excluídos a serviço do plebiscito da Vale

O Grito dos Excluídos, ato promovido pela Igreja Católica e apoiado pelos movimentos sociais, foi realizado no dia 07 de setembro e reuniu aproximadamente 6 mil pessoas em São Paulo.

Com o lema “Isto não Vale, queremos participação no destino da nação”, a manifestação teve como eixo o plebiscito popular sobre a anulação do leilão da Vale do Rio Doce, encampado por várias organizações e movimentos de “esquerda”. Participaram da manifestação o MST, MTST, Educafro, Pastorais da igreja, Conlutas, Intersindical, PSTU e PSOL.

O ato reafirmou seu conteúdo reformista de inclusão dos trabalhadores no sistema capitalista,

levantando a bandeira da participação popular e da construção de um projeto popular para o país. O grito dos excluídos se limitou às reivindicações democrático burguesas. Não se colocou contra as privatizações em geral. Foi uma manifestação festiva-religiosa, ao gosto da burguesia e não representou o enfrentamento contra o governo.

A intervenção do PSTU/Conlutas refletiu sua adaptação às posições dos reformistas se limitando a defender o plebiscito como uma forma de luta contra as medidas do governo e a convocar para a marcha à Brasília em outubro.

Um ato como este, que contou com a presença massiva da juventude e dos

trabalhadores, deveria se colocar pela estratégia da classe operária. Ao invés de exigir o poder popular nos marcos do capitalismo, deveria se colocar pela destruição do Estado burguês. Deveria ser um grito das massas contra a exploração e em defesa das reivindicações elementares dos trabalhadores.

O POR interveio no ato por meio da divulgação do jornal Massas e de um panfleto que defendia no Grito dos Excluídos a ação direta e o programa de um governo operário e camponês. Levantou a faixa da Revolução e ditadura proletária e da defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores, para derrotar o capitalismo e construir o socialismo.

Manifesto do POR ao Grito dos Excluídos Combater a miséria e a fome

Unidade na luta direta dos explorados

Sete de setembro. Dia da Pátria. Independência do Brasil. É com esta bandeira que a burguesia comemora o seu dia. E como se fosse de todos os brasileiros. Governo, exército, imprensa querem que a data seja de todos. Que exalte os valores cívicos e nacionais.

Deve existir esta união patriótica? Não! Não é possível que exploradores e explorados tenham a mesma pátria. Capitalistas e operários, latifundiários e camponeses, ricos e pobres das cidades vivem no mesmo Brasil. Mas não na mesma pátria. Esta está dividida entre riqueza, fartura e luxo da minoria e pobreza, miséria e privação da maioria.

Não há sentimento pátrio comum verdadeiro entre escravizadores e escravos. É preciso acabar com exploradores e explorados para se ter a união de todos. Uma pátria em que as fábricas, as terras, as escolas – toda economia – sejam propriedade coletiva. Mas então já não temos a pátria que a burguesia criou, com interesses capitalistas particulares, que concorre com os demais países e que faz parte da exploração mundial da burguesia contra as massas. Temos o internacionalismo proletário. Fim das fronteiras nacionais, fim da estreiteza dos interesses privados, fim da mesquinhez pátria da burguesia, fim das opressões nacionais!

O que quer o Grito dos Excluídos? Proclamar o nacionalismo dos explorados? Exortar à burguesia que lhes confira cidadania? Exigir participação popular nas decisões do Estado? Unir-se a setores burgueses para anular o leilão da Vale do Rio Doce? Se for para isso, o Grito do Excluído estará procurando um lugar ao sol no 7 de setembro dos esfomeadores do povo.

Ou pode ser o contrário disso. Grito dos Excluídos contra a exploração, pelo emprego a todos, pelo salário mínimo vital, pela terra aos camponeses com o fim do latifúndio, recuperação de todas as estatais, controle coletivo da produção, defesa da juventude oprimida, fim de toda discriminação social. Grito dos excluídos antiimperialista, de expropriação do grande capital, não pagamento da dívida externa, autodeterminação das nações, derrota da ofensiva econômica e bélica das potências contra os povos oprimidos.

Não à pátria burguesa de fome e miséria! Sim ao internacionalismo proletário!

Excluídos? Pedimos aos capitalistas que nos incluam em seu Estado, em sua democracia e em sua economia? Seria ilusão, uma mentira para os explorados e famintos. Acabar

com o capitalismo e edificar o socialismo – eis o objetivo verdadeiro.

É preciso que o Grito dos Excluídos se manifeste sob a bandeira da luta por um governo operário e camponês, pela revolução e ditadura proletárias. As reivindicações mais elementares contra a fome se choca com a exploração e os exploradores. As massas só se unirão, ganharão força e arrancarão da burguesia vitórias parciais se estiverem lutando por um governo próprio – o governo operário e camponês. Conquistaremos terreno na luta de classe e imporemos derrotas à burguesia, se operários e camponeses se unirem sob o programa da revolução socialista.

Enquanto os explorados seguirem os partidos burgueses e tiverem ilusão na sua inclusão social, continuarão divididos, fracos e submissos. É o que aconteceu com o apoio ao PT/Lula. Nenhum governo burguês acabará com a miséria e a fome da imensa maioria. É o que a experiência nos mostra.

Sob o governo patronal de Lula, os sem-terra continuam açoiados pelo latifúndio, os desempregados crônicos são milhões, metade da juventude não tem emprego, a discriminação e o racismo mal são disfarçados pelas chamadas ações afirmativas e o assistencialismo perpetua a miséria. Os capitalistas concentram mais riquezas. As multinacionais e banqueiros comandam a economia contra a vida das massas.

Não será com eleição que quebraremos a resistência de ferro dos exploradores. Não será com o uso eleitoral das bandeiras antiimperialistas que enfrentaremos o entreguismo burguês. Não será com pressão de esquerda eleitoral que imporemos ao governo nossas reivindicações contra a fome. E não será com plebiscito deslocado da luta de classe e com bandeiras nacionalistas que derrotaremos a política antinacional da burguesia.

Será com o programa de um governo operário e camponês, com as reivindicações das massas e com a luta direta nas fábricas, bancos, repartições, escolas, bairros e no campo que enfrentaremos a grande propriedade capitalista e seu governo. Será construindo o partido da revolução proletária que abriremos a sepultura dos explorados, no Brasil e no mundo.

Derrotar a fome e a miséria!

Por um governo operário e camponês!

Viva a unidade operária e camponesa!

Congresso do PT: Servilismo

Nos dias 1 e 2 de setembro, o PT realizou seu terceiro Congresso. Os delegados petistas estiveram reunidos bem no momento em que o STF acatou a denúncia do procurador-geral da República contra 40 integrantes do chamado mensalão.

José Dirceu, homem forte do PT, foi considerado pelo relator do STF chefe de quadrilha e agente de corrupção ativa. O processo abrange praticamente a cúpula histórica do PT.

Dirceu alegou inocência desde o início do escândalo, que resultou na CPI do Mensalão, no seu afastamento do Ministério e na cassação de seu mandato parlamentar. Os envolvidos alegam que não existiu mensalão, ou seja, pagamento a parlamentares da base aliada para apoiar no Congresso o governo, e que houve apenas utilização de empréstimos do BMG e Banco Rural para pagar dívidas de campanha eleitoral, cuja ilegalidade não passaria de caixa 2, praticada por todos os partidos.

Independente de ser assim ou não, a STF fez um julgamento político do PT e de Lula, de acordo com as exigências do PSDB/PFL etc e da grande imprensa que serve aos interesses da oposição.

Por que damos importância a esse relato? Porque o 3º Congresso se mostrou acuado e acovardado diante da campanha em favor da execução do partido. Estava previsto um ato de desagravo aos réus petistas. Lula se contrapôs. Não compareceu na abertura e no encerramento fez o discurso de que os que erraram vão pagar de acordo com a justiça e que não há partido mais ético do que o PT (ou seja, entre as quadrilhas burguesas que comandam o Estado, eles, os petistas, são os mais éticos). Assim, o 3º Congresso admitiu o resultado do STF, como se tratasse apenas da decisão de acatar as denúncias dos Autos preparados pelo



3º Congresso do PT: submetido ao governo, à coalizão e às pressões da oposição burguesa

procurador-geral Antonio Fernando de Sousa.

Os congressistas aceitaram de cabeça baixa a farsa de que o STF agiu com independência e que sua decisão deve ser respeitada, cabendo agora os réus se defenderem contra a ausência de provas materiais. Atitude miserável! O relator, bem como outros juízes, trataram o caso como certo de que José Dirceu chefiou a quadrilha do mensalão.

Lula escondeu sua responsabilidade, mostrou-se emparedado e incapaz de exigir do Ministério Público Federal e do STF que mostrassem as provas do mensalão. Já havia se protegido no primeiro mandato com a explicação de que foi traído. Agora, louva a independência do STF e a justiça.

Isso resume o 3º Congresso do PT. Espelha que se tornou um partido da ordem burguesa, por ela corrompido e por ela vergastado.

As discussões sobre a Constituinte exclusiva para se fazer uma reforma política, o apoio ao plebiscito sobre a anulação do leilão da Vale do Rio Doce, a descriminalização do aborto, tudo isso faz parte da integração do PT na política burguesa.

Há um outro aspecto do Congresso

que revelou o PT diminuído e submisso. Trata-se da discussão sobre as próximas eleições presidenciais. A aliança de Lula com o PMDB/PSB/PDT/PCdoB etc pressupõe que o PT apóie uma candidatura estranha ao partido. Lula está convencido de que assim deve ser.

O 3º Congresso esboçou uma reação, colocando em discussão a defesa de uma candidatura própria. Lula deu um basta, Ricardo Berzoini, presidente do partido, fez uma resolução em favor de “uma candidatura construída com outros partidos” e o congresso enterrou a defesa de candidatura própria. José Dirceu – arquiteto das amplas alianças, promotor da expulsão das correntes de esquerda do PT- é favorável a um candidato não petista, basta-lhe a vice-presidência.

Lembremos que o 1º Congresso do PT foi convocado com pompa para condenar o marxismo, rechaçar a revolução proletária, defender a “Glasnost” (abertura) de Gorbachev para restaurar o capitalismo na União Soviética e expulsar opositores de esquerda. O 3º se realizou acanhado, desmoralizado e sob a pecha de acobertar ladrões.

Fortaleza-CE

Por uma nova direção aos trabalhadores da educação

O governo Cid/PSDB/PT está de mãos livres para tirar e direitos e arrochar salários dos servidores públicos estaduais, pois conta com o apoio e aval das direções governistas e pelegas do Fórum Unificado dos Servidores Estaduais – APEOC (a mafiosa família Penha e Jayme Alencar, PT, PCdoB e PCB), CUT (PT e PCdoB) e MOVA-SE que inclusive fizeram campanha eleitoral para Cid Gomes em 2006, e se silencia diante de todas as medidas até agora implementada por este governo.

No início do mandato, o governo atrasou os salários do funcionalismo. O que vimos foi uma pequena encenação das direções sindicais APEOC/CUT e do Fórum Unificado dos Servidores Estaduais, que no final de contas deram um voto de confiança ao governo até o dia oficializado do possível pagamento. Em fevereiro, foi instalado a Mesa de Negociação Permanente (mesa de enganação e enrolação) entre o governo Cid e o Fórum Unificado dos Servidores Estaduais, liderada pela CUT. Depois disso, o governo fechou 4 escolas e municipalizou 13 escolas. Qual foi a resposta dessas direções a essa ofensiva do governo? Paralisia e silêncio.

A campanha salarial de 2007 foi sabotada pelas entidades

A campanha salarial de 2007 foi sabotada pelas direções do Fórum Unificado dos Servidores Estaduais/CUT/APEOC, inclusive pela direção do SINDIUTE (direção majoritária – O Trabalho/PT). As mesmas direções governistas colocaram um índice de reajuste de 12% sem submeter à aprovação da em assembleias, com objetivo de não se chocar e desgastar o seu governo Cid/PSDB/PT. Também já a minoria do SINDIUTE (CONLUTAS/PSTU) virou a costa para os servidores estaduais, ou seja, abandonou a luta e a

Bahia

Governo petista ataca educação

A situação dos docentes das universidades estaduais, em todo o país, expressa a profunda crise pelo qual os estados estão submersos. A prolongada greve representou a manifestação conseqüente dos educadores que há muito tempo estavam reprimidos pelos ataques dos governos anteriores, resultantes da oligarquia carlista. A greve também expressou a luta contra a ofensiva do governo Wagner. Os professores depositaram confiança no governo petista, mas este não cumpria as promessas eleitorais.

As direções reformistas e estalinistas, que estão à frente dos principais sindicatos, avaliaram inicialmente como precipitada e intempestiva a greve dos professores da educação básica, bem como a dos professores do ensino superior. Diziam que se tratava de um governo recém empossado e que era necessário bom senso. Apelavam com a justificativa de que a greve poderia enfraquecer e fragilizar o mandato de Jaques Wagner. Vários lobbys parlamentares foram feitos em defesa do atual governador, pela burocracia sindical.

A greve foi deflagrada. O governador petista suspendeu os salários dos docentes das estaduais por três meses,

construção de qualquer resistência ao governo estadual, só atuando exclusivamente no município de Fortaleza.

A direção da APEOC tem se transformado numa sucursal dos governos Lula/PT/Luzianne Lins/PT e Cid/PSDB/PT no seio do magistério. A nossa categoria tem de enfrentar essa direção traidora da APEOC que, diante das propostas feitas pelos professores, não encaminha nenhuma das deliberações aprovadas se estas se chocam com os interesses desta casta burocrática. O resultado dessa conduta: vários educadores não querem mais participar de atividades convocadas por essa direção, porque acham que estão sendo tratados como palhaços ou massa de manobra.

A burocracia da APEOC vive falando que o sindicato somos nós, mas o que se observa na prática é outra coisa. Por que não encaminha as propostas da base? Como por exemplo: a realização do *congresso estadual da categoria*, que foi aprovado nos últimos três zonais e assembleias e a prestação de contas dessa diretoria à categoria. Essa entidade é a que mais arrecada dinheiro dos seus sócios. Perguntamos: cadê os recursos financeiros para alugar ônibus para que possa levar a categoria participar das atividades e a infra-estrutura necessária dos “atos e assembleias”?

A *Corrente Proletária na Educação/POR* coloca que é preciso novas eleições, limpas e que a base possa participar de fato do processo e se envolver, para que tenhamos uma direção no sindicato combativo e de luta e independente dos governos. Não basta só enfrentar os governos burgueses de Lula/PT, Luzianne Lins/PT e Cid/PSDB/PT, mas irmos é necessário avançar na compreensão do programa revolucionário, que tem com estratégia a luta contra o capitalismo e construir o regime socialista (sem explorados e exploradores) através da revolução social (ditadura do proletariado).

aprofundando a situação dramática já vivenciada pelos grevistas. Tentou iludir por meio da criação das mesas setoriais, marcando e desmarcando reuniões sem responder às reivindicações mínimas dos servidores públicos. Em determinado momento das manifestações, a comissão que apostava nas negociações foi recebida pela polícia e segurança na porta da Secretaria de Educação quanto na governadoria.

A greve esteve circunscrita às exigências legais como: revogação da lei 7176/97 e mudanças no estatuto do magistério superior; incorporação de uma gratificação (GEAA) de 27,2% do salário-base e o aumento do orçamentos para as 4 estaduais (UEBA). Portanto, as reivindicações estavam dentro dos marcos da legalidade burguesa, mas mesmo assim o governo se manteve intransigente.

O governador petista age como qualquer administrador de um estado burguês. Coloca-se contra a educação pública e em favor da privada. Não atende às reivindicações dos grevistas e aplica a lei anti-greve para punir os manifestantes. Os trabalhadores da Bahia, para arrancar as reivindicações, terão de enfrentar nas ruas o governo Jaques Wagner.

PSTU e seus aliados favorecem a Articulação

A Apeoesp fará os Encontros Regionais para a eleição dos delegados ao congresso. Nada difere de anos anteriores. A burocracia do PT e PCdoB controlam, centralizam e manipulam as atas de eleição dos pré-delegados nas escolas. Enviam atas para a eleição onde lhes convém. No interior, a fraude é descarada. Os delegados só vão ao congresso se votarem na tese da diretoria. Com isso, a diretoria faz a maioria dos delegados e garante a continuidade de sua política de traição aos professores.

A reunião do Conselho estadual de representantes (CER), no mês de agosto, aprovou a proposta da burocracia de dar um prazo de uma semana para que as correntes políticas apresentassem suas teses. O que chamou a atenção foi que o PSTU e FOS, que fazem parte da diretoria, não questionaram. Só podemos interpretar essa atitude passiva, de quem, certamente, já tinha conhecimento de que o prazo de entrega das teses se espirava no final de agosto. Mas também chamou a atenção o fato de não criticarem o método da burocracia de numerar as atas e enviá-las diretamente para as escolas. Sabiam que nas escolas de oposição, essas atas nunca chegam. Isso vem mostrando o quanto o PSTU e seus aliados, que compõem a

diretoria, vêm assimilando as práticas da burocracia.

Há dois fatos que devem ser denunciados:

1) Na reunião da Subsede de Itaquera, que preparava a organização do Encontro Regional, a Conlutas assumiu com unhas e dentes a proposta da Articulação. Ou seja, eleição de delegados com base nas teses e obedecendo o critério de corte determinado pela CUT (20% no caso de duas teses e 10% no caso de três teses). A Conlutas, que rompeu com a CUT achincalhando-a de governista de não representar a base (casca vazia), defende o mesmo critério de exclusão dos opositoristas. O que mostra que no discurso são radicais, mas na prática são tão burocratas quanto os traidores da CUT.

2) Na reunião da Subsede da Lapa, que discutia a distribuição das atas para a eleição de pré-delegados nas escolas, o POR defendeu a divisão igualitária entre as correntes políticas. Em princípio, não houve desacordo. Mas o PSTU de repente resolveu pedir se opor. Propôs que a divisão das atas fosse de acordo com a proporcionalidade dos eleitos para o Conselho Regional da Apeoesp. Mesmo sabendo de todas

as falcatruas que a Articulação fez para eleger seus candidatos e mesmo sabendo das listas que o PSTU fez de seus candidatos (desprezando a campanha unitária em torno da chapa de oposição), a FOS pediu um minuto da fala do PSTU para voltar atrás de sua posição e o apoiar. Fez discurso em nome da democracia operária e da proporcionalidade. Houve a votação, a Articulação se absteve, o POR teve oito votos e a dobradinha PSTU/FOS, 19 votos. Resultado: a Articulação que ficaria com 27 atas pela proposta do POR, acabou levando 50. E a FOS que teria 27, passou para 19, portanto cedendo atas para a Articulação. Deram as nossas e as deles para a burocracia que já tem as atas ao se bel prazer. O PSTU conseguiu 50, portanto também tirando da oposição. Conclusão: o PSTU saiu ganhando de 27 para 50, retirando da oposição, mas para isso teve de ajudar a Articulação que, por sua vez, também tirou da oposição. Bela democracia operária! A burocracia adorou a democracia do PSTU/FOS. Na realidade, há uma intenção clara da Conlutas (PSTU/FOS) eliminar seus opositores revolucionários da região, que são os militantes do POR. Para isso, ajudam a burocracia.

Dados sobre emprego e juventude na América Latina mostram necessidade de lutar por trabalho e escola!

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) divulgou dados em 04/09/2007 mostrando que o desemprego e informalidade ameaçam os jovens latino-americanos. Até este órgão do imperialismo mostra o quanto o capitalismo ataca a vida dos trabalhadores, em geral, e descarrega seu peso maior sobre a juventude.

Existem 106 milhões de jovens. Mais da metade faz parte da força de trabalho, dos quais 10 milhões estão desempregados, o que equivale a 16% da força de trabalho entre 15 e 24 anos. E estes dados ainda são camuflados, pois contam apenas os que estão ativamente procurando trabalho.

30 milhões estão na economia informal, trabalhando muito para receber

salários de fome e sem direitos sociais. 22 milhões não estudam nem trabalham. Cerca de 49 milhões estudam. Destes, 13 milhões estudam e trabalham e 4 milhões querem trabalhar, mas não conseguem.

A OIT firmou um acordo com os países da região para “promover o trabalho decente”, mas sob a batuta do imperialismo isto não passa de uma piada de mau gosto, a partir das burguesias latino-americanas não se pode esperar nenhum alívio para a situação. Pelo contrário, eles usam estes dados para justificar a destruição de direitos, como se a culpa da informalidade e desemprego fosse dos trabalhadores “privilegiados” que têm carteira assinada.

Dizem que o problema é o “modelo de desenvolvimento” quando a análise da situação mundial dos trabalhadores demonstra que não há modelo de capitalismo que não ataque a vida das massas. O problema está no próprio capitalismo. O desemprego não é uma “anomalia” neste sistema, é parte funcional, pois cria a competição entre trabalhadores e é estrutural, pois decorre da aplicação da tecnologia, que nas mãos da burguesia, em vez de ser usada em benefício da maioria da população, atende apenas ao aumento da exploração.

A OIT aplaude as medidas do governo Lula, como o Prouni, como uma forma de “inserção” pois garantiria a formação, quando sabemos que esta é só

uma forma de beneficiar os capitalistas que vendem educação. Além disso, o problema não é falta de qualificação.

Para combater o desemprego, é necessário lutar para que todo jovem estude e trabalhe, com jornada condizente com sua capacidade, recebendo um salário que supra suas necessidades.

É necessário unir trabalhadores de

todas as idades, empregados ou desempregados, para que se criem comitês que empunhem a bandeira de Escala Móvel de Horas de Trabalho (divisão das horas de trabalho pelo número de trabalhadores) e Salário Mínimo Vital (hoje calculado em R\$2.500).

Para arrancar estas reivindicações dos capitalistas é necessário que as pró-

prias massas, por meio de uma luta em defesa de suas vidas, acreditem em suas forças e deixem de esperar migalhas. Se o capitalismo não consegue resolver os problemas que cria, que morra o capitalismo e não os trabalhadores! A luta conseqüente pelas reivindicações passa pelo fortalecimento do Partido Operário Revolucionário.

Boletim da Corrente Proletária na Educação de Presidente Prudente Balanço do Movimento Estudantil no 1º Semestre de 2007

O governo Serra iniciou o ano de 2007 atacando as universidades públicas. Baixou decretos que aumentavam o controle do Estado sobre as universidades e criou a Secretaria do Ensino Superior. Mediante esta secretaria o governo passaria a controlar as verbas destinadas ao Ensino Superior, ferindo a “autonomia” da Burocracia universitária, o que fez os reitores das três estaduais paulistas questionarem.

Os alunos da USP marcaram uma audiência com a reitora, que não compareceu. Isto levou os estudantes a ocuparem o prédio da reitoria. Embora esta ocupação não tenha se iniciado contra os decretos, mas devido à prepotência da reitora, esta mobilização passou a ser trincheira da luta contra a ofensiva privatista do governo Serra. O enfrentamento mostrou aos estudantes a necessidade de defender a *Revogação dos Decretos*, visto que a bandeira “reitoria,

posicione-se” já não fazia sentido. Foi assim que se espalhou a luta para todo o Estado de São Paulo, inclusive em nosso campus, FCT-Presidente Prudente:

No dia 23/05 houve paralisação das aulas com piquetes e barricadas, reivindicando a construção do Restaurante Universitário, com gestão pública.

A assembléia estudantil do dia 29/05 deliberou ocupação e paralisação dos setores administrativos da faculdade, em apoio aos demais campi da Unesp, Usp e Unicamp contra os decretos do Serra e pelo atendimento de reivindicações locais como contratação de professores e construção do Restaurante Universitário. A direção ameaçou criminalizar membros do movimento estudantil por invasão de prédio público, o que demonstrou a quem serve a burocracia universitária, cumprindo o papel de repressores.

A ocupação da diretoria com paralisação dos setores administrativos se manteve devido a greve dos cursos de Pedagogia, Geografia e Educação Física, que aderiram ao movimento contra os decretos e por problemas específicos.

O movimento refluíu como conseqüência da divisão corporativa dos professores e devido ao imprevisto na estruturação de um programa para enfrentar o governo. Este programa deve ser construído pelo movimento estudantil, mas para isso, precisa renovar suas direções de modo a evitar o aparelhamento eleitoral que desvia a luta dos estudantes.

É necessário também que este programa expresse a vinculação da luta dos estudantes à luta mais geral da classe operária e demais classes oprimidas. Esta é a tarefa que os estudantes da UNESP/P. Prudente precisamos resolver.

A importância de participarmos do CEUF

Nos dias 28, 29 e 30 de setembro acontecerá o CEUF (Congresso Estudantil Unesp e Fatec) em Bauru. Será discutido a reestruturação do DCE (Diretório Central dos Estudantes) que faz dois anos que está desativado.

No congresso teremos a oportunidade de conhecer a realidade dos demais campi da Unesp e das Fatecs. Analisaremos as reivindicações comuns e as formas de organização que precisamos para consegui-las. Mas, principalmente, o congresso deverá

servir para levantar o instrumento de luta que atuará em nível estadual, o DCE.

O diretório central dos estudantes deve ser discutido levantando-se a bandeira de defesa do ensino público. Não há como lutar pela universidade pública admitindo o ensino privado, pois isso favorece a mercantilização. Assim vemos o governo atrofiando as universidades públicas e facilitando a expansão da rede privada, congelando as verbas públicas e criando mecanismo de subsídios aos empresários e às

Igrejas, a exemplo do Pró Uni.

A criação de Fundações dentro das universidades públicas tem servido aos interesses privatistas. A denominada parceria público-privado promove esse mesmo fim. A recente intervenção do estado, por meio da criação da secretaria de Ensino superior, objetiva implantar a parceria, fortalecer as fundações e limitar o caráter público do ensino universitário.

Portanto vemos que os problemas que enfrentamos aqui no campus de Presidente Prudente é uma ofensiva que faz parte do ataque às universidades públicas.

Extraído do boletim da Regional do Ceará

Jornada de lutas no Ceará não consegue combate consequente contra governos e burocracia estudantil

A jornada nacional de lutas em defesa da educação pública ocorrida de 20 a 24 de agosto foi convocada conjuntamente por vários setores do movimento, entre eles entidades estudantis como a UNE e a CONLUTE, do movimento popular como o MST o MAB além de sindicatos importantes como a Andes-SN e a Apeoesp. No Ceará estavam marcadas atividades para os dias 21, 22 e 23/08 sendo que o eixo das mobilizações convergiria para a UECE, que editou a Resolução 199, via governo, legalizando as fundações privadas nas universidades estaduais.

Embora tenham sido acordadas 18 pautas, de comum acordo com as entidades que construíram a Jornada, entre elas a defesa do Passe livre estudantil, esta não se colocou contra a Reforma Universitária do governo. No Ceará as pautas

se ampliaram para as reivindicações específicas dos cursos além das lutas mais gerais dos campi.

Uma jornada sem mobilizações

É importante assinalar a importância de uma Jornada de lutas frente a atual conjuntura que é de ofensiva dos governos sobre o ensino superior público, porém uma jornada não se constrói apenas com bandeiras, embora aparentemente avançadas, mas exprimindo as reivindicações mais sentidas dos estudantes, o que não ocorreu. A jornada não pôde, por isso, fazer um combate consequente. Dessa maneira denunciaremos a ação da burocracia que mobilizou os estudantes para estes atos de fachada.

No Ceará, a mobilização da UFC contou apenas com as burocracias da UNE sendo bastante esvaziada. Na UECE mesmo com um ataque aberto à Universidade, via resolução 199, não houve uma mobilização massiva dos estudantes, embora estes tenham ocupado a Reitoria (que nunca ofereceu resistência). Nesta universidade, a mobilização contou com um número reduzido de estudantes do campus do Itaperi. A tarefa do próximo período consiste em organizar os estudantes em torno de suas reivindicações centrais e avançar na defesa da Universidade Pública. Tal tarefa coloca na ordem do dia, a partir da crítica das atuais direções estudantis, avançar na construção da Corrente Proletária Estudantil, como fração revolucionária nas universidades.

Centro Acadêmico XI de Agosto (Direito-USP): golpe do diretor da Faculdade contra os estudantes

A Faculdade de Direito da USP foi ocupada durante a Jornada de Lutas da UNE. Centros Acadêmicos e membros do MST organizaram um movimento simbólico, que não impediu a continuidade das aulas ou funcionamento administrativo e acadêmico. Uma ocupação de apoio às políticas governamentais de Lula, com poucas propostas de arremedo. Mas o diretor direitista da Faculdade de Direito não admitiu que os sem-terra e estudantes se instalassem no prédio: em poucas horas, trouxe a tropa de choque para realizar a desocupação e prisão dos manifestantes.

A seguir, proibiu uma manifestação de protesto nas instalações da Faculdade: o ato de repúdio à repressão, marcado para o dia 24/08 na Sala dos Estudantes, foi impedido de se realizar no prédio.

Não se deteve por aí: insuflou a antiga corrente que dirigia o CA (grupo Escória) para que realizasse a destituição da atual direção do CA, que tinha cometido o crime de trazer sem-terras para o interior da “nobre” instituição, sujando-a e bagunçando-a. Concedeu gratuitamente o uso do auditório da Faculdade para a realização de uma assembléia “fria” que depusesse a atual gestão. Para se ter uma idéia, essa sala é usualmente alugada por 5 mil reais, e pelo menos mil reais aos estudantes. Muitas aulas foram suspensas no horário da votação. Mesas com listas para serem preenchidas fora da assembléia foram instaladas no pátio da faculdade. A “assembléia” se realizou sob a guarda de seguranças da faculdade cedidos pelo diretor, que

agiam sob as ordens do grupo Escória.

O resultado da deposição do atual presidente do CA, acusado de trazer os sem-terra para dentro da faculdade, é respondido de forma administrativa: a atual gestão se apóia nas medidas excepcionais, em nomes repetidos nas listas, enfim, na ilegitimidade estatutária da ação golpista.

O movimento estudantil em seu conjunto deve repudiar a intervenção golpista do diretor da faculdade de direito da USP e as atitudes do grupo Escória. Trata-se de defender a autonomia dos estudantes sobre suas organizações e seu espaço.

Mas é preciso notar que a atual direção se mostrou incapaz de trabalhar baseada na ação coletiva dos estudantes. A chamada frente de esquerda participou da Jornada da UNE sem se apoiar na ação coletiva dos estudantes. A ocupação não foi organizada entre as bases da Faculdade de Direito, mas principalmente nas relações entre as direções e o MST. Essa fraqueza permitiu que o diretor fascista atacasse o movimento sem que o conjunto dos estudantes estivesse preparado para respondê-lo com a mobilização.

Não será o estatuto que poderá defender o CA XI de Agosto dos golpistas e do diretor fascista. Somente a ação coletiva dos estudantes, que terão de superar as debilidades da atual direção, será capaz de restabelecer a autonomia da organização estudantil diante da burocracia corrupta que dirige a faculdade e a universidade.

Metalúrgicos - ABC:

Campanha salarial: por um piso salarial de R\$ 2.500,00 (salário mínimo vital)

Na reunião de mobilização, que aconteceu dia 29 de agosto, a direção do sindicato informou que até então os patrões não haviam apresentado uma proposta “decente” de reajuste. Na reunião, a direção definiu o dia 05 de setembro como prazo final para a conclusão das negociações com todos os grupos. Segundo a direção, se até o dia 5 de setembro os patrões não apresentassem uma proposta de reajuste, no dia 8 seria decretada a greve.

Após esse encaminhamento feito pela direção do sindicato, um companheiro do *Nossa Classe (POR)* que participou da reunião de mobilização pediu a palavra e disse que concordava plenamente com a greve, pois é a única forma de arrancar as reivindicações dos patrões. Porém, o companheiro do *Nossa Classe* chamou a atenção para um ponto fundamental que a direção não havia falado. Ou seja, se vamos fazer uma greve temos que ter uma reivindicação. Em seguida perguntou: *Qual é a proposta que a direção do sindicato está exigindo dos patrões?* Isso deixou a direção numa situação difícil, pois, ao invés de definir uma proposta para exigir dos patrões, os pelegos estão há várias reuniões implorando para que os patrões apresentem uma proposta. O que é inaceitável, pois a primeira coisa que deveriam ter feito era debater e aprovar com os trabalhadores uma proposta para reivindicar dos patrões.

A força dos trabalhadores está na sua unidade, na assembléia geral, na paralisação da produção

Como a direção do sindicato não têm uma proposta, um companheiro do *Nossa Classe* apresentou na reunião de mobilização a proposta de piso salarial de R\$ 2.500,00 (salário mínimo vital) a todos os trabalhadores, 10% de reajuste para quem ganha acima desse valor, a renovação e ampliação das cláusulas sociais.

Como era de se esperar, membros da direção do sindicato falaram em seguida

e colocaram-se contra a proposta do *Nossa Classe*, usando argumentos patronais. **Um pelego da direção disse:** “os trabalhadores não têm força para conseguir um piso de R\$ 2.500,00”. **Nós dizemos:** Esse pelego está totalmente enganado. **Primeiro, porque a classe operária é a força que move, que produz toda a riqueza da sociedade.** O que os patrões mais temem é a greve, a paralisação da produção. Sem produção, o patrão não produz e conseqüentemente não tem lucro. **Portanto, os trabalhadores têm força. A força dos trabalhadores está na sua unidade, na assembléia geral, na greve, na paralisação da produção.**

A direção do sindicato defende a exploração capitalista e o lucro dos patrões, por isso fazem de tudo para impedir que os trabalhadores usem sua força, que é a greve para defender suas reivindicações e combater a exploração capitalista.

No final da reunião de “mobilização”, o presidente do sindicato, Feijóo, que participa das negociações com os patrões, disse que não era preciso definir uma proposta, pois eles são bons negociadores e conseguirão fazer um bom acordo.

Os trabalhadores da Volks sabem muito bem que tipo de negociador é o Feijóo. Ano passado, ele (Feijóo), em assembléia na Volks, disse aos trabalhadores que não aceitaria nenhum acordo de demissão ou retirada de direitos. **Dois dias depois, o Feijóo, como bom representante do capital, negociou, defendeu e aprovou um acordo que permitiu a Volks demitir 3600 trabalhadores, aumentar a jornada de 40 para 42 horas e uma tabela salarial menor de R\$ 1.030,00 para novos contratados.** Nenhuma confiança na direção pelega. Os trabalhadores devem acreditar apenas em seu método próprio de luta que é a ação direta.

Crescimento nas vendas de carros só beneficiou a burguesia

A própria burguesia divulgou seu re-

corde de vendas e o crescimento de seus lucros. A indústria automobilística irá produzir três milhões de veículos. O melhor ano desde 1997, quando foram produzidos 1,7 milhões de automóveis. A Volkswagen terá um lucro de 5,1 bilhões de euros em 2007, 25% a mais que 2006. Na Mercedes, o lucro será de 1,2 bilhões. As vendas da GM cresceram 19,8% entre janeiro e julho de 2007. O faturamento das Autopeças será de 62 bilhões. Na Fundação o faturamento será de 34 bilhões etc.

E a situação dos trabalhadores?

Enquanto a burguesia aumenta seus lucros, os trabalhadores sofrem com o desemprego, salários de miséria e retirada de direitos. Todas as empresas, com apoio da burocracia sindical, estão eliminando postos de trabalho com a terceirização, demitindo trabalhadores que ganham mais e contratando outros ganhando menos (rotatividade de mão-deobra), contratos temporários, redução de salários, aumento de jornada etc.

6% ou 7% de reajuste não resolve em nada a vida dos trabalhadores

A única reivindicação que unifica e garante a vida dos trabalhadores é a defesa de um piso salarial de R\$ 2.500,00 (salário mínimo vital) a todos os trabalhadores, independentemente da fábrica ou da função que exerça. Um reajuste de 6% ou 7% não resolve a situação de miséria que vive a maioria dos trabalhadores. Nos metalúrgicos do ABC, por exemplo, a maioria dos trabalhadores das autopeças, fundição, grupo 9, trabalhadores de empresas terceiras que prestam serviço nas montadoras, ganham em média R\$ 600, R\$ 800. Uma miséria, que não permite aos trabalhadores manterem suas famílias.

A campanha salarial é o momento de defendermos a vida dos trabalhadores

contra a exploração capitalista.

Por isso, chamamos todos os trabalhadores a participarem da assembleia do dia 08 de setembro no sindicato para juntos rejeitarmos a proposta de reajuste miserável dos patrões e defendermos:

1. Piso salarial de R\$ 2.500,00 (salário mínimo vital e móvel) a todos os trabalhadores, 10% de reajuste para quem ganha acima desse valor, a renovação e ampliação das cláusulas sociais.

2. Emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessárias para produzir entre todos os trabalhadores empregados e desempregados, sem redução nos salários.

Burocracia fecha acordo com as montadoras e divide os metalúrgicos do ABC

Na assembleia do dia 08 de setembro, marcada para votar as propostas da campanha salarial, a direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC informou que apenas as montadoras haviam apresentado uma proposta de reajuste aceitável. A proposta oferecida pelas montadoras é o reajuste da inflação (4,82%) + aumento real de (2,5%). Total de 7,44%. Informaram que não houve acordo com o setor de autopeças, grupo 9, 10, fundição etc. Disseram também que esses grupos terão até o dia 11 de setembro para que concedam a mesma proposta das montadoras. Se isso não acontecer, será realizada paralisação nesses grupos.

No final da assembleia, o presidente do sindicato Feijóo, depois de defender a proposta das montadoras (uma migalha de reajuste), colocou em votação e a proposta do patrão foi aprovada.

Conclusão. Confirmou-se tudo que havíamos denunciado.

1. A direção do sindicato, para impedir qualquer luta dos trabalhadores, não levou uma proposta para exigir dos patrões.

2. Apresentou e defendeu a proposta dos patrões.

3. Fechou acordo primeiro com as montadoras, para dividir e deixar isolados os trabalhadores dos outros se-

tores.

4. Continuarão implorando que os patrões dos outros grupos apresentem uma proposta para colocar fim de vez à campanha salarial.

A direção do sindicato mais uma vez fez o jogo dos patrões.

Os trabalhadores devem expulsar os dirigentes sindicais pelegos do sindicato. Para isso é preciso construir em todas as fábricas as comissões de fábricas revolucionárias. Só assim será possível organizar uma campanha salarial unificada, assembleia geral que aprove uma pauta única de reivindicação e o método da ação como única forma de conquistar as reivindicações.

Há 67 anos da morte de Leon Trotsky: Viva a Revolução Proletária!

Neste mês de agosto completaram 67 anos da morte de Leon Trotsky. Em 21/08 de 1940, o Líder da Revolução Russa de 1917, ao lado de Lênin, faleceu vitimado por um golpe na cabeça perpetrado pelo agente stalinista Ramón Mercader a mando de Stálin. Trotsky dedicou sua vida à causa revolucionária do proletariado; participou do movimento operário russo e do partido social democrata. Foi por duas vezes presidente do Soviet de Petrogrado, tendo um papel destacado na organização da insurreição de outubro, à frente do Comitê Militar Revolucionário que tomou o poder na Rússia dos Tzares na madrugada de 6 para 7 de novembro. Foi Comissário da Guerra e fundador do Exército Vermelho. Diante da crescente burocratização do primeiro estado operário (URSS) organizou a oposição de esquerda em 1923 contra a degeneração stalinista e denunciou a política do socialismo em um só país e da coexistência pacífica com o imperialismo. Após a morte de Lênin, foi excluído do CC, do Politburo e finalmente do partido, em 1927, sendo confinado em Alma-Ata, onde veio a escrever *A Revolução Permanente*. Expulso do país em 1929 se lança a construir a oposição de esquerda internacional. Em 1933, a capitulação da III Internacional ao Nazismo de Hitler, coloca definitivamente a tarefa de erguer a IV Internacional, tendo por base o Programa de Transição. Passados 67 anos do assassinato de Trotsky, o *trotskismo*, como o marxismo de nossa época, continua mais vivo que nunca. Por isso o Partido Operário Revolucionário

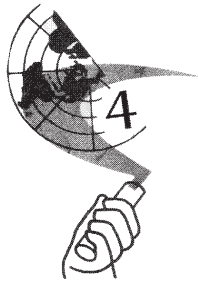


conclama os trabalhadores conscientes a abraçarem a causa maior de Trotsky: construir o Partido Mundial da Revolução Socialista para sepultar o capitalismo apodrecido

Nesta edição:

- Agora é o momento de consolidar a independência política e ideológica das organizações sindicais
- Salvar a constituinte para quê?

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



O conflito entre a burguesia da região da meia lua e o governo é alheio aos interesses dos explorados

Agora é o momento de consolidar a independência política e ideológica das organizações sindicais

Temos mostrado, em diversas vezes, que tanto a burguesia da região da meia lua quanto o MAS desenvolvem a mesma política burguesa. Em última instância, ambos defendem, com todas suas forças, a propriedade privada em todas as suas formas, e os interesses da empresa privada nacional e das multinacionais. As disputas entre eles, camufladas pelas autonomias e a pela localização da Capital da República, reivindicada pela burguesia de Sucre, não se dão em torno do destino da propriedade privada, mas em torno de interesses absolutamente mesquinhos e secundários. A direita oriental e os empresários privados defendem palmo a palmo sua condição de chupa-sangue. Já os masistas pretendem que o Estado fiscalize os negócios e lucros da burguesia, mas sem tocar na propriedade.

No cenário está ausente a política re-

volucionária do proletariado. A burocracia sindical, no caso das autonomias, dizendo que luta contra a direita, se soube abertamente ao governo. E, no conflito sobre a capital, se dividiram e se alinharam algumas atrás de Sucre e outras de La Paz, segundo o espaço geográfico onde atuam. Os dirigentes da COB e as confederações dos diferentes setores fecharam hermeticamente a boca frente à paralisação cívica dos seis departamentos e abandonaram as bases para que atuem instintivamente em qualquer sentido. Praticamente, os explorados bolivianos não têm nenhuma direção; estamos vivendo a total queda da COB e das confederações setoriais.

Nestas condições, agravadas pela quase ausência do Partido Revolucionário como uma claríssima referência política no seio das massas, se torna difícil desenvolver a independência política e ideológica

dos explorados bolivianos. Por outro lado, o processo de emancipação das massas do controle governamental se encontra seriamente obstaculizado e as massas, em sua luta diária para resolver seus problemas vitais, como conseqüência do agravamento das condições de vida, atuam instintivamente sem direção alguma e quase geralmente terminam em frustrações.

É a tarefa do momento potenciar política e organizativamente o partido revolucionário atuando no seio das massas e expulsar os dirigentes traidores grudados nas organizações sindicais que fazem o papel sujo de quinta-coluna do governo de plantão. Este é o momento de elaborar a consigna da independência política e ideológica dos explorados frente à política confusionista da direita reacionária e do governo masista.

Extraído do jornal "Masas" boliviano nº 2052 de 07/09/2007

Salvar a constituinte para quê?

Nós explorados não obteremos nada da Constituinte que sem dúvida demonstrou que não serve para nada, que reúne uma corja de politiquinhos, manejados pelos opressores.

Masistas e opositores são ambos defensores da ordem burguesa, da grande propriedade privada. Uns são reformistas, os outros reacionários, mas ambos adoradores do regime de exploração e opressão burguesas.

Setores camponeses, dirigidos pelo MAS, anunciam que irão se mobilizar sobre Sucre para salvar a agonizante Constituinte, estrangulada pela luta entre oficialistas e opositores.

Salva-la para que redija uma nova constituição burguesa que proteja e garanta a propriedade privada dos ricos sobre os meios de produção, como propunha o MAS, com um verniz fictício de plurinacionalidade?

Ao inferno com a Constituinte e seus palhaços. Enquanto a propriedade privada se mantiver, nós explorados seguiremos como escravos e os camponeses indígenas atolados na miséria como pá-

rias da sociedade. Se a estrutura não muda, a sociedade continua sendo a mesma, ainda que lhe ponham alguns remendos na Constituição.

De uma vez por todas, nós explorados devemos defender que nosso objetivo não é marchar como bêbados atrás das brigas de comadre entre opositores e oficialistas, que não nos levam a nada.

Buscamos pulverizar e sepultar a propriedade privada dos exploradores e opressores, para convertê-la em propriedade social do conjunto do povo trabalhador.

Se não libertamos a sociedade da ditadura dos donos dos meios de produção (empresários, multinacionais), se não impedirmos de continuarem nos explorando, se não transformamos esta sociedade realizando a revolução social (de todos os explorados encabeçados pela classe operária), que imponha a propriedade social (o socialismo), nosso futuro será afundar na barbárie burguesa, na eterna escravidão.

Extraído do jornal "Massas" boliviano nº 2052 de 07/09/2007